

## TCU manda governo controlar cartão

Tribunal aprova uso de cartões de crédito corporativo, mas exige mudanças no sistema de controle para evitar abusos de funcionários

José Ramos

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o uso de cartões de crédito por funcionários do governo federal, mas exigiu mudanças nos controles para evitar abusos e para que se aproveitem melhor as vantagens desse sistema de pagamento. A fiscalização dos gastos com cartões foi pedida pelos deputados Alberto Goldman (PSDB-SP) e Augusto Carvalho (PPS), que é distrital. Os dois suspeitaram do uso irregular dos cartões corporativos por funcionários do governo. As suspeitas abrangiam despesas reservadas que estariam sendo feitas pela Presidência da República. Mas o relator do processo no TCU, ministro Marcos Vileça, considerou que houve “imprecisão” nas notícias que trataram do assunto. Ele lembrou que as despesas reservadas são legais, legítimas e “necessárias em determinadas situações”, e previstas no Orçamento-Geral da União. Disse que não há vínculo entre despesa reservada e cartão corporativo e viu até alguma incompatibilidade entre as duas coisas, já que o uso do cartão implica alguma publicidade. Os cartões corporativos foram adotados em 1998 no governo, mas se expandiram a partir de 2001, destinando-se a pagar pequenas despesas que eram feitas em dinheiro, sob a denominação de suprimentos de fundos. O total de despesas de pequeno porte com cartões atingiu R\$ 200 milhões em 2001; R\$ 226 milhões em 2002; R\$ 125 milhões em 2003 e R\$ 53 milhões até agosto de 2004. Deste total, foram gastos com cartões, só para compras, sem envolver saques, R\$ 2,4 milhões em 2002; R\$ 3,8 milhões em 2003 e R\$ 3,9 milhões até agosto de 2004. O aumento do uso de cartões foi acompanhado de redução no uso das contas bancárias. “A conclusão é razoável e demonstra que o cartão de crédito está tendo, sob esse aspecto, uma utilização adequada, na medida em que não provocou aumento de gastos e, por outro lado, trouxe ganhos de transparência”, concluiu Vileça. Em 2003 os saques com cartões corporativos atingiram 59% das despesas das entidades registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e em 2004 está em 57%. Quando incluídos os saques, as faturas sobem

de R\$ 3,8 milhões para R\$ 9,2 milhões em 2003, e de R\$ 3,9 milhões para R\$ 8,9 milhões até agosto de 2004. Na Casa Civil da Presidência da República, esse percentual ficou em 38% até agosto, segundo o TCU.

### Exigências

O tribunal exigiu que esses saques sejam feitos apenas em último caso, e com autorização do ordenador de despesas. Determinou ainda alterações no Siafi para que seja possível o lançamento mais detalhado das despesas. Foi decidida ainda a uniformização de procedimentos no Ministério do Planejamento e na Secretaria do Tesouro sobre esse assunto, pois as regras hoje são divergentes. Outra preocupação do TCU é que se criem normas para evitar o parcelamento de despesas, para evitar que sejam feitas compras de valores mais elevados, que em condições normais seriam feitas por licitação.

(O Estado de S. Paulo - 11/11)

## Audidores do TCU vêem falha na fiscalização da Anatel

Mônica Tavares

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não tem informações sobre se as metas de universalização da telefonia fixa, previstas nos contratos de concessão, foram cumpridas pelas empresas do setor — Telemar, Brasil Telecom, Telefônica, Sercomtel e CTBC Telecom. Esta foi uma das constatações dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU). No relatório, os técnicos afirmam que “a Anatel não dispõe atualmente de meios para detectar se as metas estão sendo efetivamente cumpridas, ou mesmo se foram antecipadas”. A assessoria da agência informou que a Anatel não vai se pronunciar porque não foi notificada pelo TCU. No relatório, os técnicos também ressaltaram que a antecipação de metas das empresas, que lhes permitiu prestar outros serviços de telecomunicações, significou aumento de receita. Segundo dados obtidos pelo TCU no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a receita da Telemar, que antecipou as metas, passou de R\$ 58,8 milhões em 2002 para R\$ 280,4 milhões no ano passado.

### TCU: tecnologia usada pela Anatel está defasada

Os ministros do TCU determinaram que a agência apresente, em 180 dias, um plano de reformulação da fiscalização das metas. O órgão fez uma auditoria no processo de fiscalização da Anatel no período de 4 de